
ÁGORA FILOSÓFICA

Abstrações e individuações¹

Abstractions and individuations

MSc. José Edelberto Araújo de Oliveira²

Prof. Dr. Márcio Augusto Damin Custódio³

Resumo

É por demais conhecida a posição hobbesiana sobre aquilo que – em seu tempo – denominava metafísica de Aristóteles. No Capítulo XLVI do *Leviatã*, sugestivamente intitulado Das trevas resultantes da vã filosofia e das tradições fabulosas, há uma caracterização desta como absurda e contrária à razão natural. Irônico, já na redação do oitavo capítulo da mesma obra, troçava do sistematizador de Tomás de Aquino que mais havia influenciado sua geração: Francisco Suárez. Chamado por Thomas Hobbes de louco ou pretendente a enlouquecer os demais, Suarez é incluído entre os escolásticos que insistem em discutir questões incompreensíveis. Entretanto, no *De corpore*, Hobbes argumenta pela necessidade de um conjunto de operações mentais (*operations of the mind*) para denotar a abstração como a causa do nome de qualquer coisa que se suponha ter existência, ou seja, se detém no tema dos universais, tomista por excelência. Este trabalho integra uma pesquisa de doutoramento e, dentro dos limites estabelecidos, concentrará suas atenções na seguinte indagação: de que modo os elementos da individuação dos corpos presumivelmente concretos são expurgados na denotação das abstrações?

Palavras-chave: Nominalismo, operações da mente, razão, universais.

Abstract

It is well known to hobbesiana position on what - in his time – called Aristotle's metaphysics. In Chapter XLVI of *Leviathan*, suggestively named Of Darkness from Vain Philosophy and Fabulous Traditions, there is a characterization of

¹ Sob orientação do Prof. Dr. Márcio Augusto Damin Custódio, uma versão deste trabalho foi apresentada como comunicação durante a VI Jornada Tomista de Pernambuco (Recife, 4-6 de maio, 2011).

² Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia e Doutorando em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: edelberto@hotmail.com

³ Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Professor do Departamento de Filosofia da mesma instituição. e-mail: msdamin@unicamp.br

this as absurd and contrary to natural reason. Ironic, since the writing of the eighth chapter of the same work, scoffed at the systematizing of St. Thomas who was the most influenced his generation: Francisco Suarez. By Thomas Hobbes called crazy or getting mad to the others, Suarez is included among the scholastic who insist on discussing incomprehensible matters. However, in *De corpore*, Hobbes argues for the need for a set of mental operations to denote the abstract entities as the cause of the name of anything that is supposed to exist, in the other words, focuses on the theme of universals Thomistic for excellence. This work is part of a doctoral research and, within limits, it will focus on its attention in the following question: how the elements of the individuation of bodies are presumably purged in concrete denotation of abstractions?

Keywords: Nominalism, operations of mind, reason, universals.

É por demais conhecida a posição hobbesiana sobre aquilo que – em seu tempo – denominava-se metafísica de Aristóteles. No Capítulo XLVI do *Leviatã*, sugestivamente intitulado *Das trevas resultantes da vã filosofia e das tradições fabulosas*, há uma caracterização desta como absurda e contrária à razão natural:

A explicação (isto é, o estabelecimento do sentido) destes e de outros termos semelhantes é geralmente chamada nas escolas metafísica, como sendo uma parte da filosofia de Aristóteles, que tinha este título, mas é em outro sentido, pois aí significa livros escritos ou colocados depois da sua filosofia natural. Mas as escolas encaram-nos como livros de filosofia sobrenatural, pois a palavra metafísica tem estes dois sentidos. E na verdade aquilo que lá vem escrito está, na maior parte das vezes, tão longe da possibilidade de ser compreendido e é tão contrário a razão natural que quem quer que pense que há algo para ser compreendido por ela, precisa considerá-la sobrenatural⁴.

⁴ HOBBS. *Leviatã*, IV, 46, § 14. Como não há um padrão definido para as citações em Hobbes, todas as referências ao *Leviatã* obedecerão ao modelo “obra, parte, capítulo, parágrafo, página e, entre parênteses, página da tradução brasileira”, e dizem respeito à edição Molesworth.

Hobbes entende a filosofia⁵ como o conhecimento útil, obtido por raciocínio⁶, caracterizado por operações da mente (operations of the mind) de somas e subtrações de representações; algo como encontrar no mundo das abstrações dos cálculos⁷ uma unidade para a imagem das coisas naturais. Para a tradição aristotélica, não há um lugar para entes matemáticos no interior da filosofia da natureza, logo, o método (method) investigativo hobbesiano é dissociado de fundamentos conceituais metafísicos desprovidos de demonstração⁸, alguma coisa como uma ciência natural (natural science) a partir da computação (computation) de interioridades.

Evidentemente, a crítica aberta de Hobbes ao ensino superior de seu tempo – como ocorre nos dois primeiros capítulos

⁵ “Por FILOSOFIA se entende o conhecimento adquirido por raciocínio a partir do modo de geração de qualquer coisa para as propriedades; ou das propriedades para algum possível modo de geração das mesmas, com o objetivo de ser capaz de produzir, na medida em que a matéria e a força humana o permitirem, aqueles efeitos que a vida humana exige” (HOBBES. *Leviatã*, IV, 46, § 1).

⁶ Para Hobbes, raciocínio e computação são semelhantes: “Por RACIOCÍNIO quero dizer computação. Ora, computar é ou coletar a soma de muitas coisas que são adicionadas, ou saber o que resta quando uma coisa é retirada de outra” (HOBBES. *De corpore*, I, 1, 3, 13). *Elements of Philosophy, the First Section, Concerning Body* é a tradução inglesa do *De corpore* latino supervisionada pelo próprio Hobbes. Como também não há um padrão definido, todas as referências a esta obra obedecerão ao modelo “obra, parte, capítulo, página e, entre parênteses, quando houver, página da edição brasileira” e dizem também respeito à edição de Molesworth.

⁷ Para Hobbes, razão e cálculo são sinônimos: “A partir do que podemos definir (isto é determinar) que coisa é significada pela palavra razão, quando a contamos entre as faculdades do espírito. Pois razão, nesta significação nada mais é do que o cálculo (isto é, adição e subtração) das conseqüências de nomes gerais estabelecidos para marcar e significar nossos pensamentos. Digo marcar quando calculamos para nós próprios, e significar quando demonstramos ou aprovamos nossos cálculos para os outros homens” (HOBBES. *Leviatã*, I, 5, § 2).

⁸ Para Hobbes, o termo “demonstrar” significa “mostrar aos outros aquele conhecimento que atingimos (cf. HOBBES. *Leviatã*, I, 4, § 3).

do *Leviatã*, por exemplo, gera uma leitura que o opõe aos escolásticos, como ele próprio gostava de registrar. Entretanto, há também quem o relacione com a eloquência das *ars rethorica*⁹, o que acaba, de certo modo, por relativizar o seu afastamento da cultura dos *studia humanitatis*. Entre uma e outra perspectiva de análise da aproximação do autor com algum tipo de classicismo renascentista, de indubitável mesmo, encontram-se os menosprezos à retórica, como registrados em *Os elementos da lei natural e política*¹⁰ e, com maior vigor, no *De cive*¹¹.

Feitas essas considerações, este trabalho apontará uma similitude entre o pensamento de Aristóteles e o de Hobbes; destacará três noções comuns para deter-se naquela que é um tema tomista por excelência – ou seja, o tema dos universais – e, finalmente, apesar das referências nada elogiosas ao mais influente sistematizador da obra de Tomás de Aquino de sua geração, Francisco Suárez, Thomas Hobbes parece argumentar pela necessidade de um conjunto de operações mentais no expurgo dos elementos da individuação quando da denotação das abstrações.

Para ilustrar a similitude entre Aristóteles e Hobbes, o segundo capítulo do *Leviatã* – intitula *Da imaginação* – será o recurso. Nesse capítulo, os conceitos de imaginação, memória, experiência e entendimento são postos, além de conter uma classificação para cada tipo de imaginação. Confrontado com os Analíticos posteriores, quando do detalhamento de como as percepções estão na base das descrições do mundo externo, percebe-se que ambos (i) atribuem aos animais características também observadas nos humanos:

[ARISTÓTELES] Todavia, embora a percepção sensível seja inata em todos os animais, em alguns ocorre uma

⁹ Tood Butler e Quentin Skinner, respectivamente, nos trabalhos *Image, Rhetoric, and Politics in the early Thomas Hobbes* e *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*, defendem esta perspectiva interpretativa.

¹⁰ De 1640.

¹¹ Publicado em 1642.

persistência da percepção sensível, que não se verifica em outros. Assim [...], nos animais em que esta persistência ocorre, eles retêm ainda, depois da sensação, a impressão sensível na mente¹².

[HOBBES] A imaginação nada mais é, portanto, que uma sensação diminuída, e encontra-se nos homens, tal como em muitos outros seres vivos, quer estejam adormecidos, quer estejam despertos¹³.

Compreende-se também que Hobbes, do mesmo modo da obra do Estagirita, (ii) aborda a conservação da imagem do objeto:

[ARISTÓTELES] E quando esta persistência se repete muitas vezes, brota uma ulterior distinção que, a partir da persistência de tais impressões, forma uma noção distinguindo os que a formam dos que não a formam¹⁴.

[HOBBES] E quando qualquer objeto é afastado dos nossos olhos, muito embora permaneça a impressão que fez em nós, outros objetos mais presentes sucedem-se e atuam em nós, e a imaginação do passado fica obscurecida e enfraquecida, tal como a voz de um homem no ruído diário¹⁵.

Finalmente, Hobbes segue a trilha de Aristóteles quando (iii) passa a noção de multiplicidade como oriunda das unidades:

[ARISTÓTELES] É por isto que, da sensação, deriva o que chamamos memória, e da repetição frequente dos atos da memória deriva a experiência, porque uma multiplicidade numérica de memórias constitui uma única experiência, e da experiência, por sua vez, – ou seja, de todo o universal em repouso na alma como uma unidade

¹² ARISTÓTELES. Analíticos posteriores, 99b35-100a2.

¹³ HOBBES. *Leviatã*, I, 2, § 2.

¹⁴ ARISTÓTELES. Analíticos posteriores, 99b35-100a2.

¹⁵ HOBBES. *Leviatã*, I, 2, § 2: 34.

apesar da multiplicidade, e que reside uma e idêntica em todos os sujeitos particulares – que deriva o princípio da arte e da ciência, da arte na esfera da criação, e da ciência na esfera do conhecimento do ser¹⁶.

[HOBBES] Assim, quando alguém compõe a imagem de sua própria pessoa com a imagem das ações de outro homem, como quando alguém imagina um Hércules, ou um Alexandre [...] trata-se de uma imaginação composta e na verdade nada mais é do que uma ficção do espírito¹⁷.

Feita essa aproximação das obras acima detalhadas, percebe-se que as conexões entre as concepções filosóficas de Hobbes e – como ele próprio definiu – a “coisa mais absurda em filosofia natural [...] que se denomina a metafísica de Aristóteles”¹⁸ nada possuem de “repugnante”, muito menos exprimem uma condenação veemente aos textos clássicos.

Para aquilo que chama a atenção deste artigo, a última das noções comuns dadas no cotejamento dos textos de Hobbes e Aristóteles introduz o tema dos universais. Ao que parece, quando esclarece a forma das relações entre os universais e os singulares, a visão hobbesiana coaduna-se com a concepção de Tomás de Aquino que é catalogada pela tradição como realismo moderado medieval:¹⁹ “[...] as coisas universais estão contidas na natureza das coisas singulares [...]”.²⁰ Para Hobbes, então, aquilo que está contido na natureza das coisas singulares seria uma abstração, algo denotado a partir daquilo que ele designa como concreto e

¹⁶ ARISTÓTELES. Analíticos posteriores, 100a3-15

¹⁷ HOBBES. *Leviatã*, I, 2, § 2: 34.

¹⁸ Hobbes declara: “E acredito que dificilmente pode afirmar-se alguma coisa mais absurda em filosofia natural do que aquilo que se denomina a metafísica de Aristóteles, nem mais repugnante ao governo do que a maior parte daquilo que disse em sua Política, nem mais ignorante do que uma grande parte de sua Ética.” *Leviatã*, IV, 46, § 11.

¹⁹ cf. LANDIM FILHO, Raul F. A questão dos universais segundo a teoria tomista da abstração. *Analytica*, v. 12, no. 2, 2008, p. 11-33.

²⁰ HOBBES. *De corpore*, I, 6, 68 (62).

que, por sua vez, na condição de propriedade abstrata é objeto do cálculo mental na singularização destas mesmas coisas individualizadas:

Pois concreto é o nome de qualquer coisa que se suponha ter existência, e é, portanto chamado o sujeito [...]. Abstrato é aquilo que, em qualquer sujeito, denota a causa do nome concreto, como ser um corpo, ser móvel, [...] ser de tal quantidade, [...] ou nomes equivalentes a estes, que são comumente chamados nomes abstratos [...]²¹.

Antes de continuar, é conveniente resgatar a maneira como o tema dos universais surge na obra hobbesiana. Para Hobbes, como já mencionado, filosofar é conhecer por raciocínio. Conhecer por raciocínio é distinto de conhecer sensorialmente e diferente da memória mitigada. Semelhante conhecimento é compreendido como alguma coisa que tem préstimo, algo proveitoso, capaz de produzir um determinado resultado que provoque as melhorias que a vida humana demanda.²² Assim, a noção de bem-estar atrelada ao conhecimento que se deseja adquirir enseja o entendimento de alguma coisa observável numa sucessão de causas e parte de uma base já sabida:

[...] Filosofia é o conhecimento que adquirimos, pelo verdadeiro raciocínio, das aparências ou efeitos aparentes, a partir do conhecimento que temos de alguma possível produção ou geração destes; e dessa produção, como ocorreu ou pode ocorrer, a partir do conhecimento que temos dos efeitos.²³

Para Hobbes, fazer inferências lógicas de determinadas condições que levam a outras são aproximações do raciocínio, pois começam com as representações disponíveis e se constituem

²¹ Ibid., I, 3, 31 (34).

²² cf. HOBBS. *Leviatã*, IV, 46, § 1.

²³ Idem. *De corpore*, I, 6, 65 (60).

em verdadeiros pontos de partida daquilo que os cálculos mentais justificam: “Por RACIOCÍNIO quero dizer computação. Ora, computar é ou coletar a soma de muitas coisas que são adicionadas, ou saber o que resta quando uma coisa é retirada de outra”²⁴. Tal raciocínio requer um método²⁵ investigativo, já que nem todo cálculo mental é eleito como válido. O método hobbesiano é a garantia da adequação daquilo que se prevê como resultado futuro derivado de uma cadeia de eventos naturais: “Atribuo a primeira causa das conclusões absurdas à falta de método, pelo fato de não começarem seu raciocínio por definições [...]”²⁶.

Para Hobbes, toda investigação requerida pelo raciocínio depara-se com uma “variedade de questões” que define o método como analítico ou como sintético, também dito como compositivo ou como resolutivo:²⁷ “[...] analítico, para conceber como as circunstâncias conduzem individualmente à produção de efeitos, e [...] sintético, para reunir e compor o que elas podem efetuar isoladamente por si mesmas”²⁸. Embora especifique o método analítico como o adequado para a busca das causas que são partes da natureza das coisas (figura, quantidade, movimento etc.) e – no curso do segundo e do sexto capítulo do *De corpore* – esclareça ser este o mais apropriado para as “coisas universais”, sua teoria dos nomes reflete uma tentativa de superação dos embaraços no estabelecimento dos limites entre o método sintético e o método analítico. Dito de outro modo, o tema dos universais acomoda a resolução da escolha do método que, uma vez confusa, compromete a obtenção hobbesiana de conhecimento pelo raciocínio, daí a apresentação de uma teoria dos nomes.

²⁴ Ibid., I, 1, 3, 13.

²⁵ Para Hobbes: “O MÉTODO, portanto, no estudo da filosofia, é o caminho mais curto para descobrir os efeitos por suas causas conhecidas, ou das causas para os efeitos conhecidos” (HOBBES. *De corpore*, I, 6, 65, 60).

²⁶ HOBBES. *Leviatã*, I, 5, § 8: 33, 53).

²⁷ cf. idem. *De corpore*, I, 6, 66, 60).

²⁸ Ibid., I, 6, 77, 69).

Independente das dificuldades para a escolha do método sintético ou método analítico de investigação, a teoria dos nomes do segundo capítulo do *De corpore* também versa sobre o princípio racional que faz com que algo seja uma coisa corpórea em movimento – para usar a terminologia de Hobbes – ou, dentro dos parâmetros escolásticos, o principium individui dos entes singulares. O primeiro ponto da argumentação caracteriza os nomes como signos e os destina a registrar as concepções: “[...] dado que os nomes ordenados na fala [...] são signos de nossas concepções, é claro que não são signos das próprias coisas [...]”²⁹. Há uma realidade determinada nos nomes em si desde que confinada ao âmbito mental e, como tal, o seu caráter é de mediar o percebido sensorialmente e o expresso³⁰ como desigual ou diverso. Assim, aquilo que torna um corpo singular não é uma essência material nem um acidente corpóreo; trata-se de principium como possibilidade de começo, no intento de um fundamento lógico, não necessariamente físico.

Por essa linha interpretativa, Hobbes não confunde o princípio – da individuação, no caso – com a causa³¹. Essa última – para a tradição escolástica – relaciona-se com as causas da investigação aristotélica³², rejeitadas pelo mecanicismo hobbesiano

²⁹ HOBBS. *De corpore*, I, 2, 17 (22).

³⁰ No sentido do discurso em palavras de Hobbes: “A diferença, portanto, entre marcas e signos, é que fazemos as primeiras para nosso próprio uso, e as segundas para o uso de outros” (HOBBS. *De corpore*, I, 2, 14 (21)).

³¹ Gracia esclarece que a tradição escolástica sempre separa causas e princípios (cf. GRACIA, Jorge J. E. Introduction. In: SUÁREZ, Francisco. **Metaphysical disputation V: individual unity and its principle**. Milwaukee, Wisconsin: Marquette University Press, 1982).

³² Aristóteles advoga que o conhecimento é possível à medida que as causas das coisas são distinguidas e as seguintes indagações, metodologicamente, respondidas: com qual material uma determinada coisa é feita? como que é feita? qual a ideia da coisa? e qual o intento para tal coisa ser feita?: “É pois manifesto que a ciência a adquirir é a das causas primeiras (pois dizemos que reconhecemos cada coisa somente quando julgamos conhecer a sua primeira causa); ora, causa diz-se em quatro sentidos: no primeiro,

(que tudo reduz para a causa eficiente). Na redação do capítulo oitavo do *Leviatã*, intitulado Das virtudes vulgarmente chamadas intelectuais, e dos defeitos contrários a esta, o alvo da pena crítica de Hobbes é justamente a inquirição das causas – nas palavras deles, um “abuso de palavras”³³ – e o exemplo oferecido ao leitor importuna veementemente Suárez:

Isto só acontece com aqueles que discutem sobre questões incompreensíveis, como os escolásticos, ou sobre questões de abstrusa filosofia. [...] tome um escolástico por sua conta e veja se ele é capaz de traduzir qualquer capítulo referente a uma questão difícil [...] para qualquer das línguas modernas, de maneira a tornar o mesmo inteligível. Ou então para o latim tolerável, como o que era conhecido por todos os que viviam na época em que o latim era a língua vulgar. Qual o significado destas palavras: A primeira causa não insufla necessariamente alguma coisa na segunda, por força da subordinação essencial das causas segundas, pela qual pode ser levada a atuar? Elas são a tradução do título do sexto capítulo do primeiro livro de Suárez, *Do Concurso, Movimento e Ajuda de Deus*. Quando alguém escreve volumes inteiros cheios de tais coisas, é porque está louco ou porque pretende enlouquecer os outros?³⁴

Todavia, como Hobbes também recomenda extremo rigor na pesquisa sobre os “[...] homens que há muito tempo se foram, e não nos deixaram nenhuma significação além dos seus livros [...]”,³⁵ o texto hobbesiano indica inferências de manifesta-

entendemos por causa a substância e a quiddidade (o “porquê” reconduz-se pois à noção última, e o primeiro “porquê” é causa e princípio); a segunda [causa] é a matéria e o sujeito; a terceira é a de onde [vem] o início do movimento; a quarta [causa], que se opõe à precedente, é o “fim para que” e o bem (porque este é, com efeito, o fim de toda a geração e movimento)” (ARISTÓTELES. *Metafísica*, A, 983b6-983b18).

³³ HOBBS. *Leviatã*, I, 8, § 27: 78.

³⁴ *Ibid.*, I, 8, § 27: 79.

³⁵ “É preciso, portanto, ser extremamente firme [severo] para encontrar as

ções particulares como pontos de partida do conhecimento. Essas instalações mentais das manifestações particulares de componentes das coisas que a teoria dos nomes relata, por não serem separáveis delas, moldam um composto de noções absolutas expressos pela linguagem. Algo muito similar ao assegurado por Suárez quando trata do princípio racional que faz com que algo seja uma coisa: “[...] não precisa de outro princípio de individuação além de sua entidade ou para além dos princípios intrínsecos que constituem a sua entidade”³⁶. Embora Suárez esteja se referindo ao indivíduo e à natureza comum das coisas, há uma esfera determinada que nada acrescenta de real à natureza das coisas; por seu lado, Hobbes compreende essa esfera determinada como os nomes em si enquanto expressão do discurso mental. Ambos os pensadores, contudo, pelo exposto, convergem para a sustentação de que o princípio da individuação e as coisas particulares confundem-se, o que poderia levar à conclusão de que as coisas não careceriam de princípios – como o da individuação – para a sua inteligibilidade.

Referências

ARISTÓTELES. **The complete works**. Edited by Jonathan Barnes. Princeton / Oxford: Princeton University Press, 1984.

opiniões e o significado daqueles homens que há muito tempo se foram, e não nos deixaram nenhuma significação além dos seus livros, que possivelmente não têm como ser compreendidos sem a história, para descobrir circunstâncias anteriormente mencionadas, e também sem grande prudência para observá-las” (HOBBS. Os elementos da lei natural e política, I, 13, § 8). Adota-se o modelo “obra, parte, capítulo, seção, página e, entre parênteses, página da edição brasileira” por também não haver um padrão estabelecido. As referências dizem respeito à edição de Tönnies.

³⁶ “[...] neque alio indigere individuationis principio præter suam entitatem, vel præter principia intrinseca quibus ejus entitas constat.” (SUÁREZ, Francisci. **Opera omnia**. Tomo XXV, Disputatio V, Sectio VI).

GRACIA, Jorge J. E. Introduction. In: SUÁREZ, Francisco. **Metaphysical disputation V: individual unity and its principle**. Milwaukee, Wisconsin: Marquette University Press, 1982.

HOBBS, Thomas. **English works**. London: Printed for Andrew Crooke, at the Green Dragon in St. Pauls Churchyard, 1651 [W. Molesworth edition, 1843-1845].

_____. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Col. Os Pensadores, 10).

_____. **Leviathan**: with selected variants from the Latin edition of 1668. Edited, with Introduction and Notes by Edwin Curley. Indianapolis / Cambridge: Hackett Publishing Company, Inc., 1994.

_____. **Os elementos da lei natural e política**: tratado da natureza humana: tratado do corpo político. Trad. de Fernando dias de Andrade. São Paulo: Ícone, 2002.

_____. **Sobre o corpo**: parte I: computação ou lógica (De corpore). Trad. de José Oscar de Almeida Marques. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

LANDIM FILHO, Raul F. A questão dos universais segundo a teoria tomista da abstração, **Analytica**, v. 12, no. 2, 2008, p. 11-33.

SUÁREZ, Francisco. **Metaphysical disputation V: individual unity and its principle**. Milwaukee, Wisconsin: Marquette University Press, 1982.

_____. **Opera omnia**. Tomo XXV, Disputatio V, Sectio VI.